

## **Ata da 9ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre – IPREM de 2024.**

No dia 13 de setembro de 2024 reuniram-se, às 08h30min, presencialmente, na sede do IPREM, os membros do Comitê de Investimento, André Albuquerque Oliveira, presidente do Conselho Deliberativo, Anderson Mauro da Silva, presidente do Conselho Fiscal, Daniel Vieira, Diretor-Presidente do IPREM e Evelyn de Sousa Faria, Diretora Financeira. Os membros se reuniram para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta:

- 1) Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos;**
- 2) Apresentação das Receitas e Despesas de agosto/2024;**
- 3) Apresentação do cenário econômico;**
- 4) Movimentação de recursos dos fundos do IPREM.**

**Quanto ao item 1:** Foi apresentado o Relatório Mensal de Investimentos referente a agosto. A **carteira líquida** teve rentabilidade mensal positiva de R\$ 6.733.797,58, no percentual de 1,52%. A rentabilidade acumulada no ano é de R\$ 20.914.697,82, equivalente ao percentual de 4,83%. A **carteira ilíquida** teve, no mês, rentabilidade negativa de R\$ 194.312,51, representando o percentual de -0,43%; a rentabilidade acumulada no ano é negativa de R\$ 2.125.606,06, no percentual de -4,44%. Na **carteira total**, no mês, o resultado positivo foi de R\$ 6.539.485,07, equivalente ao percentual de 1,34%. A rentabilidade anual é de R\$ 18.789.091,76, equivalente ao percentual de 3,55%, ficando 0,37% acima da meta atuarial para o período, que foi de IPCA + 4,81%. Foi apresentada a tabela de acompanhamento da PAI. Não há nenhum desenquadramento em artigos da Resolução CMN 4963/2021, porém há 6 fundos com o patrimônio superior ao permitido por fundo. **O relatório foi aprovado por unanimidade.**

**Quanto ao item 2:** A Diretora de Contabilidade encaminhou as informações referente às Receitas e Despesas de agosto, que foram apresentadas conforme segue: as receitas e despesas orçamentárias da fonte de recurso fonte 1800. No período de agosto as receitas orçamentárias fonte 1800 oriundas de contribuição previdenciária totalizaram R\$5.471.385,20; COMPREV: R\$ 547.088,72. Aluguel: R\$ 28.240,00. Rentabilidade: 8.411.955,95 referente a rentabilidade desde 2020, por conta do IPC 14. O valor total das receitas: R\$ 14.458.669,87. A despesa orçamentária empenhada na fonte 1800 e 2800 oriunda de despesas como aposentadorias, pensões, COMPREV e sentenças judiciais totalizou o valor de R\$ 6.869.714,58.

**Quanto ao item 3:** De acordo com a análise da EXPERT XP, em agosto o IPCA registrou queda de 0,02% em agosto de 2024, reduzindo o acumulado em doze meses para 4,24% no acumulado em 12 meses. A deflação mensal reflete principalmente quedas em preços de energia e alimentos. O alívio mensal, entretanto, não retira preocupações sobre os preços adiante, e o Banco Central deve elevar os juros em resposta a uma economia aquecida. Investimentos que protegem contra a alta de preços e se beneficiam de uma Selic elevada seguem centrais em uma carteira diversificada. A inflação medida pelo IPCA, nosso principal indicador de preços ao consumidor, registrou queda de 0,02% em agosto de 2024. O resultado mensal levou a métrica acumulada em 12 meses para 4,24% em agosto, desacelerando em relação aos 4,50% registrados em julho. Vale destacar que a inflação corrente (ou

seja, o ritmo da alta de preços hoje) segue dentro do limite de tolerância da meta de inflação de 3,0% perseguida pelo Banco Central – porém, bastante próximo do “teto” de 4,50% (no caso, o limite superior da meta). Alimentos e energia lideram queda de preços, mas tendência deve se reverter em setembro. O resultado de agosto veio um pouco abaixo das expectativas, com a principal surpresa (para baixo) vindo de bens industriais. O preço de produtos industrializados, como roupas e eletrodomésticos, vem apresentando tendência de alta nos últimos meses, refletindo especialmente a depreciação recente da nossa moeda e a robustez da economia (que alimenta a demanda por bens e serviços). A inflação menor do que o projetado para a categoria em agosto, entretanto, veio principalmente de produtos de higiene – cujos preços costumam apresentar volatilidade acima da média. Olhando para a variação mensal, a queda de preços no período é explicada principalmente pela deflação de alimentos e energia elétrica – cujo movimento contribuiu para a desaceleração da métrica do IPCA acumulado em doze meses, de 4,50% para 4,24%. Para ilustrar, a categoria “alimentação no domicílio” registrou queda de 0,73% em agosto, com destaque para deflação de mais de 15% no período registrada nos preços de “tubérculos, raízes e legumes”, como batata, cebola e cenoura. A dinâmica reflete certa normalização dos preços após forte alta observada no segundo trimestre do ano, mas deve se reverter em breve – com impacto das secas em queimadas em diferentes regiões do país na produção de alimentos. Já olhando para os preços de energia, a queda observada no mês é explicada pelo acionamento da “bandeira verde” nas tarifas. A categoria “energia elétrica residencial” registrou deflação de 2,77% na variação mensal – movimento explicado pela mudança de bandeira tarifária de “amarela” para “verde” entre julho e agosto, sendo essa última a bandeira na qual não inferem custos adicionais ao consumidor. Ou seja, os preços de contas de luz caíram após subir no mês anterior. Dito isso, a deflação nas contas de luz deve ser revertida em setembro, diante do acionamento da bandeira vermelha 1 (já vigente). A mudança na tarifa é explicada pelo baixo nível de chuvas no período, que inferem em custos mais altos na geração de energia no país, especialmente por meio do uso de termelétricas (afinal, mais de 60% da energia no Brasil é gerada em usinas hidrelétricas). Finalmente, vale destacar a moderação no preço de combustíveis em agosto. Embora os preços de combustíveis tenham registrado variação positiva no mês (subindo 0,61%), a alta foi bem mais moderada do que a observada no mês anterior – quando vimos reajustes de preços por parte da Petrobras. O etanol, inclusive, teve queda de 0,2% no período, refletindo também o enfraquecimento de preços de açúcar no mercado internacional. Inflação de serviços segue em “luz amarela”, mas resultado mensal traz certo alívio. Após alguns meses em elevação, a inflação de serviços trouxe certo alívio no mês de agosto. Conforme o resultado, a métrica chamada “serviços subjacentes” (que exclui serviços com preços mais voláteis, como passagem aérea) desacelerou para 5,7% na média dos últimos três meses até agosto, de 6,1% no mês anterior. Dito isso, a métrica segue acima da meta de 3,0% do Banco Central, assim como o indicador de serviços intensivos em mão de obra – que inclui preços como de cabeleiros, médicos e dentistas. Vale destacar que o comportamento dos preços de serviços é essencial para análise do cenário de inflação no país. Isso porque a inflação do setor é menos impactada por movimentos que chamamos de “oferta” (como o clima e a redução ou aumento da oferta de determinada commodity); sendo mais afetada pela dinâmica de salários, além de, claro, o nível de demanda na economia. Assim, com um mercado de trabalho aquecido e elevados benefícios fiscais alimentando o crescimento da renda das famílias, o comportamento da inflação no setor segue sob os holofotes. Afinal, em bom português, famílias seguem com espaço para consumir, ajudando a manter a demanda aquecida na economia, e pressionando os preços. Inflação deve encerrar o ano em 4,4%. Esperamos que a inflação volte a acelerar, mesmo que moderadamente, nos próximos meses,

encerrando o ano acima da meta do Banco Central (embora dentro do limite superior de tolerância). Por um lado, questões climáticas devem pressionar os preços de alimentos e energia neste final de ano. Na mesma linha, uma moeda depreciada e demanda aquecida devem contribuir para preços de bens industriais ganharem força nos próximos meses. Por outro lado, a recente queda nos preços de commodities no mercado global deve ajudar a reduzir a pressão e contrabalancear alguns preços futuramente, como de alguns bens industriais. Além disso, de maneira relevante, vale destacar os efeitos da taxa de juros mais restritiva. Como detalhamos abaixo, entendemos que o cenário de inflação pressionada e de riscos adiante deve levar o Banco Central a implementar um novo ciclo de altas da taxa Selic ao longo dos próximos meses. Assim, os juros em patamar contracionista devem manter o freio na economia – ajudando a conter a alta de preços. Com inflação sob “luz amarela” e riscos adiante, Selic deve voltar a subir. Para o dia a dia dos brasileiros, a deflação observada em agosto não deve ser sentida em grande magnitude. Ou seja, apesar da queda de preços importantes na cesta de consumo dos brasileiros, como alimentos e energia, a sensação de inflação relativamente pressionada – acima de 4,0% – deve seguir presente. Por outro lado, tampouco vemos um cenário de inflação “desenfreada” no país adiante. Embora projetemos que a inflação encerre o ano acima da meta do Banco Central, não vemos – ao menos por ora – um cenário de preços subindo muito acima do limite superior de 4,50% da meta da autoridade monetária. Dito isso, devemos ver uma atuação vigilante e cautelosa por parte do Banco Central. Diante de um cenário de preços subindo em ritmo acima da meta, de economia forte e mercado de trabalho aquecidos, além de expectativas de inflação desancoradas (ou seja, acima da meta), moeda pressionada e risco fiscal ainda presente (embora relativamente mais ameno no curto prazo), o Banco Central deve implementar um ciclo de altas da taxa Selic. Em resumo: o Boletim da XP acredita que Banco Central agirá “hoje”, implementando o “remédio amargo dos juros” no curto prazo, de modo a evitar uma doença mais grave adiante – ou seja, que a inflação reacelere no futuro.

**Quanto ao item 4:** No dia 02 de setembro foi necessário resgatar R\$ 67,51 do BB Perfil para pagamento de GRU referente ao COMPREV/INSS. **A movimentação foi aprovada por unanimidade.** Foi sugerido o resgate de 2 milhões do fundo “BB Nordea” e de 2 milhões do fundo “Itau Mercados Emergentes”. O resgate está condicionado ao dólar atingir ou ultrapassar o valor de R\$ 5,80. Se o dólar atingir esse valor, foi sugerida a aplicação no fundo “Go Global Equities ESG”. A justificativa é que durante o ano de 2024 houve alta considerável do dólar e dos fundos de investimentos em ação no exterior em dólar e além disso, com a expectativa de queda dos juros no FED e na manutenção ou alta da SELIC no Brasil, o diferencial de juros vai subir, o que pode gerar uma valorização do real. Com a movimentação não há mudança no risco de crédito, pois os fundos resgatados e o que receberá os recursos são de investimento em renda variável. Há uma pequena redução do risco de mercado pois com a movimentação o risco de variação cambial é retirado. Quanto ao risco operacional, os procedimentos de resgate e aplicação serão os definidos no "Manual do Departamento de Finanças". A sugestão de alocação não gera alteração do risco jurídico pois a alocação será de fundos no exterior em dólar para alocação em fundos no exterior em real, e há pequeno aumento do risco sistêmico pois com a movimentação o risco de variação cambial é retirado, que na carteira como um todo reduz a volatilidade em função da correlação negativa do câmbio. **A movimentação foi aprovada por unanimidade.** Foram sugeridas as seguintes movimentações: foram sugeridos os resgates de 1 milhão de reais do fundo “Caixa Brasil IMAB-5”, de R\$ 500.000 do fundo “BB Previdenciário IDKA2” e R\$ 500.000,00 do fundo “Itau Institucional IMAB-5” e

aplicação, respectivamente, nos fundos “Caixa Brasil Referenciado DI LP”, no fundo “BB RF Perfil” e no “Itau Institucional Renda Fixa Referenciado DI”. A justificativa é que em função da deflação ocorrida no mês de agosto os fundos IMAB-% e IDKA2 deixam de ser atrativos e de um possível aumento da taxa SELIC. Com a movimentação há aumento de risco de crédito, pois os fundos resgatados possuem títulos públicos e os fundos em que os recursos serão aplicados aplicam recursos em crédito privado. Há uma redução do risco de mercado pois os fundos DI são os fundos com menor volatilidade. Quanto ao risco operacional, os procedimentos de resgate e aplicação serão os definidos no "Manual do Departamento de Finanças". A alocação aumenta um pouco o risco jurídico pois há alocação em fundos em crédito privado e há aumento do risco sistêmico em função da alocação de recursos em crédito privado. **As movimentações foram aprovadas por unanimidade.** Foi sugerido o resgate de 5 milhões do fundo “IMA-B Ativo” do Itaú para aquisição de 1250 NTN-Bs 2033, sendo que caso o valor não seja suficiente o valor será resgatado do fundo “Itau Institucional RF Referenciado DI”. A justificativa é que em agosto foi amortizado aproximadamente 40 milhões de NTN-B e à aquisição irá recompor o estoque de NTN-B marcado na curva do Instituto. Com a movimentação não há risco de crédito, pois os fundos resgatados possuem títulos públicos e os recursos serão aplicados em títulos públicos. Há uma redução do risco de mercado pois o título será marcado na curva. Quanto ao risco operacional, os procedimentos de resgate e aplicação serão os definidos no "Manual do Departamento de Finanças". A alocação não gera risco jurídico pois há alocação em títulos públicos e há redução do risco sistêmico redução pois o título será marcado na curva. **As movimentações foram aprovadas por unanimidade.** Foi sugerido o resgate de 5 milhões do fundo “IMA-B Ativo” do Itaú para aplicação no fundo “Itaú Institucional RF Referenciado DI”. A justificativa é que em função da deflação ocorrida no mês de agosto os fundos IMAB-5 e IDKA2 deixam de ser atrativos e de um possível aumento da taxa SELIC. Além disso, caso ocorra uma abertura das curvas de juros após a reunião do COPOM, o recurso será utilizado para compra de títulos longos marcados a mercado. Com a movimentação há aumento de risco de crédito, pois os fundos resgatados possuem títulos públicos e os fundos em que os recursos serão aplicados aplicam recursos em crédito privado. Há uma redução do risco de mercado pois os fundos DI são os fundos com menor volatilidade. Quanto ao risco operacional, os procedimentos de resgate e aplicação serão os definidos no "Manual do Departamento de Finanças". A alocação aumenta um pouco o risco jurídico pois há alocação em fundos em crédito privado e há aumento do risco sistêmico em função da alocação de recursos em crédito privado. **As movimentações foram aprovadas por unanimidade.** Foi sugerida a aquisição de 1250 NTN-Bs 2060 para marcação a mercado com resgate do fundo “Itau Referenciado DI” caso a taxa fique igual ou superior à 6,5% a.a. A movimentação se justifica caso a taxa alcance esse patamar, terá uma rentabilidade de 1,7% acima da meta atuarial do IPREM, o que à longo prazo significa uma garantia de meta atuarial batida com sobra por 35 anos. Com a movimentação há redução de risco de crédito, pois os recursos serão resgatados de fundos que possuem crédito privado e aplicados em títulos públicos. Há um aumento do risco de mercado pois os recursos serão aplicados em títulos públicos marcados a mercado. Quanto ao risco operacional, os procedimentos de resgate e aplicação serão os definidos no "Manual do Departamento de Finanças". A alocação não gera risco jurídico pois há alocação em títulos da dívida pública e há aumento do risco sistêmico em função da alocação de recursos em títulos públicos marcados a mercado. **As movimentações foram aprovadas por unanimidade.**

Nada mais havendo a tratar, a reunião fica encerrada às 12h30min. Foi lavrada por mim, André Albuquerque, a presente ata, assinada por todos os membros presentes do Comitê de Investimentos.

Daniel Ribeiro Vieira  
Presidente

André Albuquerque  
Membro

Anderson Mauro da Silva  
Membro

Evelyn Sousa Faria  
Membro